



GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a

O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constituição Federal de 1988 trouxe como desdobramentos políticas específicas, principalmente no que diz respeito à assistência estatal nas áreas de educação, saúde, economia e regularização de terras. Tais direitos foram se consolidando através da ação desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicatórias trouxeram para o cenário político brasileiro as demandas de garantias de direitos específicos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresentação de pesquisas a atuação dos agentes sociais, indígenas, ribeirinhos, quilombolas, artesãos entre outros. As articulações e lutas pelo reconhecimento e por afirmação dos direitos conquistados e, ainda a fragilização e ameaças aos direitos conquistados no atual contexto sociopolítico brasileiro serão os objetos das discussões e reflexões desse GT. O objetivo é refletir e possibilitar discussões sobre as estratégias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirmação de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educação, saúde e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

Garantia de direitos em rede: pensando a salvaguarda dos povos indígenas em isolamento voluntário a partir de estratégias de autodeterminação política

Autoria: Amanda Villa Pereira

Em tempos de uma notável redução orçamentária no âmbito das políticas voltadas aos povos indígenas no Brasil, diversas bases de Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE-Funai) foram fechadas recentemente, tornando os grupos em isolamento voluntário ainda mais vulneráveis em seu território às iniciativas exploratórias dos recursos da floresta. Ao mesmo tempo, é possível observar um crescente engajamento dos povos que vivem nas cercanias das áreas em que se encontram os isolados, como no caso dos Guardiões da Amazônia - que tomaram para si a missão de patrulhar o território para seus familiares Guajajara e também para os isolados Awá, com quem dividem a Terra Indígena Araribóia - e de um encontro exclusivamente entre lideranças do Vale do Javari, em que o destino de indígenas Korubo em isolamento foi uma questão discutida em destaque. Este work pretende tratar das ações conjuntas entre indígenas contatados e funcionários competentes que vêm aparecendo não apenas enquanto uma maneira de contornar a ausência de recursos para essa situação, mas também como uma nova proposta de manutenção das questões indígenas, rumo ao aumento da autodeterminação reivindicada desde a efervescência dos movimentos indígenas no final da década de 1980, tendo como ponto central o caso da Terra Indígena Massaco, em Rondônia.





Realização:



Apoio:



Organização:

